



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO JERÔNIMO

Aos 07 dias do mês de junho de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Jerônimo o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002693-62.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Substituta Zoneada, Cíntia Machado de Oliveira, pelo Diretor de Secretaria Carlos Alberto Busatto, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 31.07.1945

Data da última correição realizada: 06.05.2015

Data da Implantação do PJe: 14.11.2014

Jurisdição: Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo, Vale Verde

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 07.06.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luís Henrique Bisso Tatsch	Juiz Titular	Desde 03.11.2015
Cíntia Machado de Oliveira	Juíza Substituta Zoneada	Até 17.07.2016, em virtude da atuação do Juiz Titular no JACEP

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.06.2016)

2.1.2 Circunscrição

Conforme a Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Jerônimo pertence à 59ª circunscrição da jurisdição



territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, que compreende uma vaga de zoneamento, ocupada pela Juíza Substituta Cíntia Machado de Oliveira.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Lila Paula de Flores França	10.12.2009 a 02.11.2015	Juíza Titular	05 anos, 10 meses e 22 dias
2	Luís Henrique Bisso Tatsch	Desde 03.11.2015	Juiz Titular	07 meses e 05 dias
3	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	07.01 a 06.02.2015	Atuou em razão do afastamento da Juíza Titular, a fim de proferir sentenças de seu resíduo.	1 mês
4	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	14.05 a 24.05.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	11 dias
		07.01 a 09.02.2016	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	1 mês e 3 dias
5	Sheila Spode (Juíza do Trabalho Substituta)	25.05 a 12.06.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	18 dias
6	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 13.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	27 dias
7	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	14.09 e 15.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	02 dias
		19.10 a 02.11.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	14 dias
		03.11 a 08.11.2015	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular na VT de Palmeira das Missões	06 dias
8	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 13.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	27 dias
9	Marcela Casanova Viana Arena (Juíza do Trabalho Substituta)	14.12 a 18.12.2015	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	05 dias
		14.03 a 17.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	01 mês e 04 dias
10	Cíntia Machado de	Juíza do Trabalho Substituta Zoneada		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Oliveira (Juíza do Trabalho Substituta)	20.12.2015 a 06.01.2016 (recesso)	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	18 dias
		10.02 a 16.02.2016	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	07 dias
		17.02.2016	Atuou em razão do no afastamento do Juiz Titular PA 0000409-81.2016.5.04.0000	01 dia
		18.02 a 27.03.2016	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	01 mês e 10 dias
		28.03 a 13.04.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	17 dias
		14.04 a 17.07.2016	Atuou em razão da atuação do Juiz Titular no JACEP	03 meses e 04 dias
11	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	18.04 a 29.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	12 dias
		02.05 a 06.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	05 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.06.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Lila Paula de Flores França	Afastada para proferir sentenças de seu resíduo	07.01 a 06.02.2015	31 dias
		Férias	14.05 a 12.06.2015	30 dias
		Férias	19.10 a 02.11.2015	15 dias
Titular	Luís Henrique Bisso Tatsch	Atuando na JACEP	14.12.2015 a 16.02.2016	65 dias
		Afastamento conforme PA 0000409-81.2016.5.04.0000	17.02.2016	01 dia
		Atuando na JACEP	18.02 a 27.03.2016	39 dias
		Férias	28.03 a 13.04.2016	17 dias
		Atuando na JACEP	14.04 a 19.12.2016	250 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.06.2016)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carlos Alberto Busatto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	11.11.2015
2	Daniel De Souza Salim	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	19.11.2015
3	Germano Frohlich	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	21.05.2015
4	Sonia Ferrari	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	01.03.2016
5	Andre Luis Mazzoni Da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	01.07.2008
6	Vilmar Jose Dall Agnol	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	31.08.1998
7	Giovane Marques Da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.04.1987
8	Franco Dalzot Coelho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.08.2015
9	Joao Batista Frederes Reis	Técnico Judiciário – Segurança	-	01.03.1988
10	Rodrigo Fernandes Vieira Camargo	Analista Judiciário – Área Administrativa	-	21.03.2016
-	Fernando Luis Ponciano Aleixo	Analista Jud.-Of. Just. Av. Federal	-	19.11.2014
-	Vinicius Grigoletto Cavalheiro	Analista Jud.-Of. Just.	-	30.08.2013



		Av. Federal		
--	--	-------------	--	--

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.064,67 processos	1.001 a 1.500	10 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Jerônimo está abaixo dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Carlos Alberto Busatto Desde de 11.11.2015*	Cursos ou eventos	1	2 dias
	Curso parcial	1	
Daniel De Souza Salim Desde 19.11.2015*	-	-	-
Germano Frohlich Desde 21.05.2015*	Cursos ou eventos	3	4 dias
	Curso parcial	1	
Sonia Ferrari Desde 01.03.2016*	-	-	-
Andre Luis Mazzoni da Silva	Tratamento de Saúde (Odonto) – LTS	1	1 dias



Vilmar Jose Dall Agnol	Tratamento de Saúde - LTS	4	4 dias
Giovane Marques Da Silva	-	-	-
Franco Dalzot Coelho Desde 31.08.2015*	Cursos ou eventos	3	3 dias
Joao Batista Frederes Reis	Curso parcial	1	1 dia
Rodrigo Fernandes Vieira Camargo Desde 21.03.2016*	-	-	-
Fernando Luis Ponciano Aleixo	-	-	-
Vinicius Grigoletto Cavalheiro	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Sonia Ferrari	01.06.2009	01.03.2015	5 anos, 9 meses e 1 dia	Lotação na Vara do Trabalho de Triunfo – Secretária de Audiências – FC03
2 Graziete Barrufi Machado	22.02.2013	05.04.2015	2 anos, 1 mês e 13 dias	Lotação no Gabinete do Des. Cassou Barbosa - Assistente de Gabinete – (FC05)
3 Fabio Tavares Santos	14.03.2014	30.06.2015	1 ano, 3 meses e 17 dias	Lotação na 1ª Vara de Taquara – Assistente – FC02
4 Luis Eduardo Kohler	01.07.2015	01.07.2015	1 dia	Lotação na Vara de Camaquã – Diretor de Secretaria – CJ3
5 Mario Cesar Damscki Junior	15.01.2010	10.11.2015	5 anos, 9 meses e 25 dias	Lotação na 1ª Vara de Esteio – Diretor de



					Secretaria – CJ3
6	Michelli Sant Anna Dos Santos	18.11.2013	29 .02.2016	2 anos, 3 meses e 12 dias	Lotação na 3ª Vara de Caxias do Sul - Secretária de Audiências – FC03
7	Andre Ricardo Kowaleski	17.04.2006	20.03.2016	9 anos, 11 meses e 3 dias	Lotação na VT de Palmeira das Missões – Assistente de Juiz Substituto – FC05

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.05.2016)

2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016, a unidade não conta com estagiário.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Zoneados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Lila Paula de Flores França	-	-	16	16
Titular	Luís Henrique Bisso Tatsch	-	-	61,5	61,5
Juíza Substituta Zoneada	Cíntia Machado de Oliveira	-	-	93,5	93,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
-------------	-------------------------------	----------------	--------------------------	------------------



Carlos Alberto Busatto	46	-	54,5	100,5
Daniel De Souza Salim	35	4	340	379
Germano Frohlich	-	20	85	105
Sonia Ferrari	-	8	-	8
Andre Luis Mazzoni Da Silva	-	-	-	-
Vilmar Jose Dall Agnol	-	-	-	-
Giovane Marques Da Silva	-	-	25	25
Franco Dalzot Coelho	-	20	-	20
Joao Batista Frederes Reis	-	-	32	32
Rodrigo Fernandes Vieira Camargo	-	20	-	20
Fernando Luis Ponciano Aleixo	-	-	412	605
			193 não vinculação cargo efetivo-	
Vinicius Grigoletto Cavalheiro	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de São Jerônimo foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.988	2.438	22,64%	2.656	8,94%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	214	257	20,09%	142	-44,75%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.830	1.634	-10,71%	1.735	6,18%



Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	85	140	64,71%	118	-15,71%
Total	4.117	4.469	8,55%	4.651	4,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

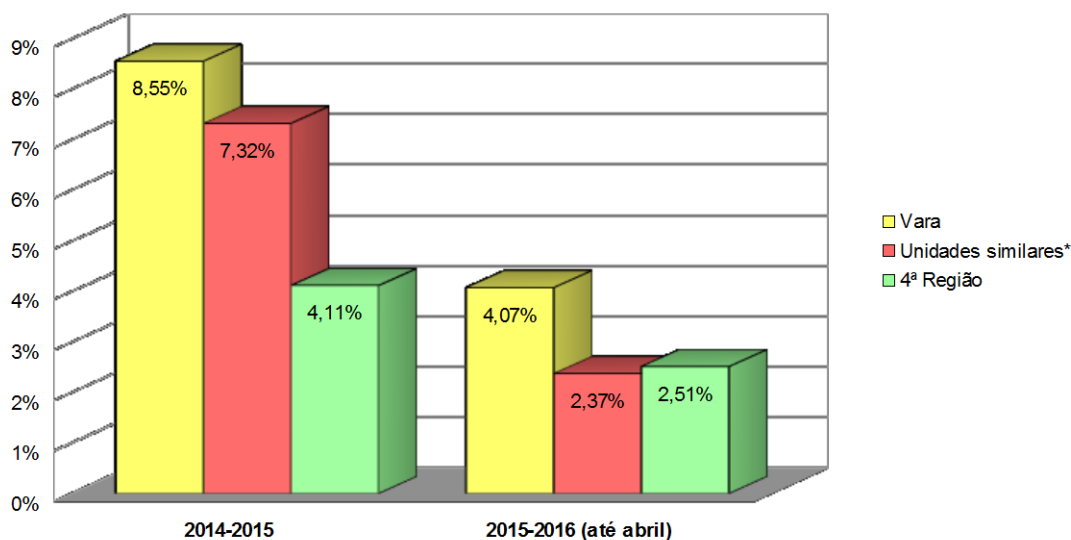
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 8,55% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 450 processos).

A variação no acervo de processos na Vara do Trabalho de São Jerônimo em 2015 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. O mesmo ocorreu no primeiro trimestre de 2016, período no qual o estoque de processos apresentou aumento de 4,07% no período, índice acima da média regional, como aponta o gráfico abaixo.

Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

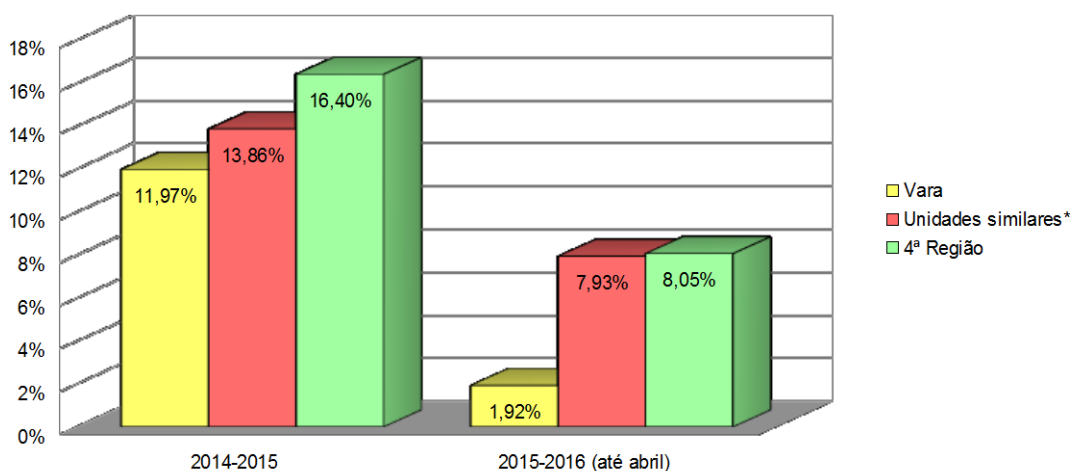
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.104	1.120	1,45%	460	-58,93%
Sentença Anulada/Reformada	2	10	400,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	847	945	11,57%	423	-55,24%
Processos pendentes de solução	1.395	1.562	11,97%	1.592	1,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 11,97% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.395 para 1.562 processos) – índice inferior, contudo, ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve uma redução de 23,74% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar das especificações constantes do quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril.)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	392	488	24,49%	440	-9,84%
Aguardando encerramento da instrução	807	887	9,91%	972	9,58%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	57	81	42,11%	80	-1,23%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	139	106	-23,74%	100	-5,66%
TOTAL	1.395	1.562	11,97%	1.592	1,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Vara de São Jerônimo	76,72%	84,38%	9,98%	91,96%	8,99%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	83,10%	-7,11%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	82,43%	-7,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 84,38% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma elevação de 9,98% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi pouco inferior ao das unidades de porte semelhante (5,09 pontos percentuais) e ficou 4,74 pontos percentuais abaixo da média geral do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Vara de São Jerônimo	37,20%	37,57%	1,01%	20,92%	-44,32%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	27,26%	-50,32%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	27,10%	-50,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de São Jerônimo foi de 37,57% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 1,01% superior ao verificado no ano anterior. Contudo, tal desempenho mostrou-se 17,3 pontos percentuais menor



que a média das unidades da mesma faixa de movimentação processual e 17,63 pontos percentuais menor que a média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.04)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	315	37,19	261	27,62	151	35,7
	Julgado procedente	5	0,59	20	2,12	11	2,6
	Julgado procedente em parte	368	43,45	454	48,04	158	37,35
	Julgado improcedente	61	7,2	84	8,89	19	4,49
	Extinto	14	1,65	8	0,85	1	0,24
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	763	90,08	827	87,51	340	80,38
Sem exame de mérito	Extinto	21	2,48	21	2,22	12	2,84
	Arquivamento (art. 844 CLT)	19	2,24	65	6,88	45	10,64
	Desistência	27	3,19	27	2,86	22	5,2
	Outras decisões	17	2,01	5	0,53	4	0,95
	SUBTOTAL	84	9,92	118	12,49	83	19,62
TOTAL		847	100	945	100	423	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 98 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 11,57%. Esse aumento se mostra superior ao sofrido pela média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados, bem como da média apresentada por unidades similares, que observou um aumento médio de 2,6% no montante de processos solucionados no período, conforme especificações do quadro abaixo:

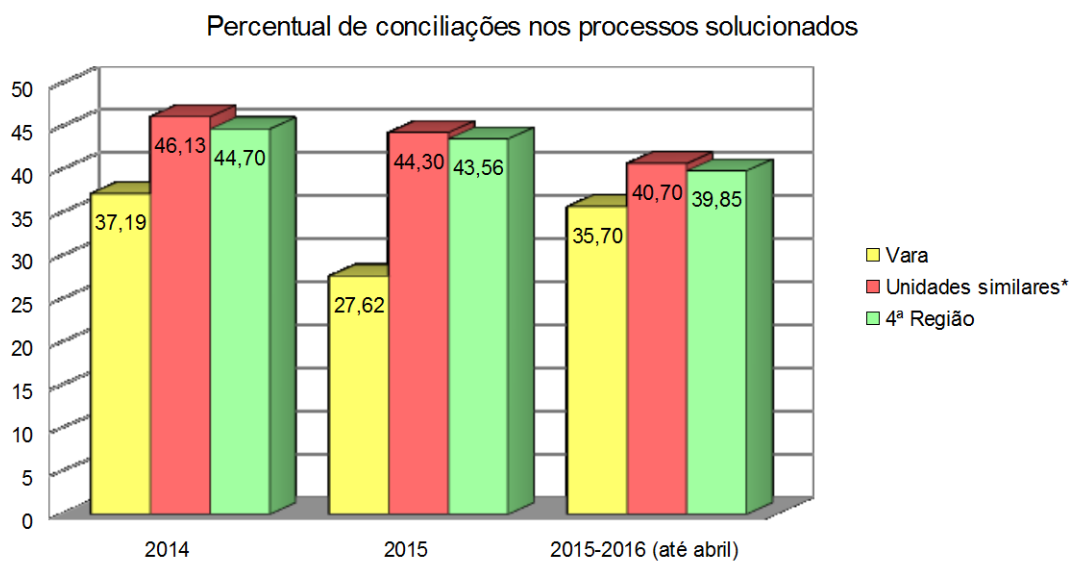
	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016	2014-2015	2015-2016	
Vara	11,57%	-55,24%	Vara	26,34%	-66,61%
Unidades similares*	2,60%	-70,10%	Unidades similares*	8,33%	-66,83%
4ª Região	8,19%	-67,60%	4ª Região	7,56%	-65,82%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)



Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 448 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 566 decisões, representando uma elevação de 26,34%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito (sem conciliações).

Os números evidenciam, contudo, uma diminuição no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 315, representando 37,19% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações foi de 261, correspondendo a 27,62% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento ficou abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Iniciadas	319	312	-2,19%	17	-94,55%
Encerradas	247	260	5,26%	119	-54,23%



Pendentes	212	256	20,75%	152	-40,63%
Em arquivo provisório	4	2	-50,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 212, em 2014, para 256, em 2015, importando em uma elevação de 20,75%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

No primeiro quadrimestre de 2016, os números refletem uma redução no estoque de processos pendentes na fase de liquidação, para 152 processos, o que representa uma queda de 40,63% no total de processos em liquidação.

Observa-se, no entanto, que os números da tabela apresentam inconsistências, uma vez que o número das liquidações pendentes não corresponde ao quantitativo de processos pendentes do período anterior acrescido das liquidações iniciadas e subtraído das liquidações encerradas. Tal distorção decorre, provavelmente, de erros na movimentação dos processos no sistema informatizado.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Vara de São Jerônimo	77,43%	83,33%	7,62%	700,00%	740,00%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	80,29%	-10,20%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 83,33% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 7,62% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi inferior, em pontos percentuais, à média apresentada pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (6,08 pontos), bem como à média geral do TRT4 (5,1 pontos).

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Vara de São Jerônimo	54,29%	49,62%	-8,60%	43,59%	-12,15%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	22,07%	-60,03%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)



** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de São Jerônimo em 2015 foi de 49,62% do número total de liquidações a encerrar – resultado 8,6% abaixo daquele verificado em 2014. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 5,61 pontos percentuais e abaixo da média geral do TRT4 em 4,7 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	326	326	0,00%	180	-44,79%
	Desarquivadas para prosseguimento	324	580	79,01%	5	-99,14%
Saídas	Encerradas	239	237	-0,84%	108	-54,43%
	Arquivadas Provisoriamente	70	95	35,71%	1	-98,95%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	10	9	-10,00%	8	-11,11%
	Demais	1.011	1.186	17,31%	1.271	7,17%
	Total	1.021	1.195	17,04%	1.279	7,03%
Saldo no arquivo Provisório		1.424	933	-34,48%	928	-0,54%

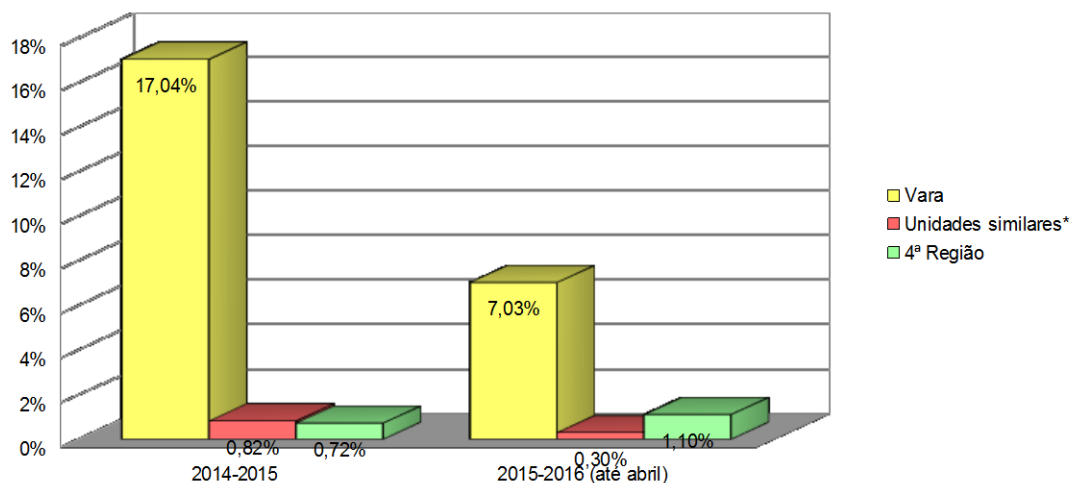
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de São Jerônimo aumentou de 1.021 para 1.195 processos, o que corresponde a um aumento de 17,04%. Esse crescimento mostrou-se bastante superior àquele apresentado pelas Unidades que compõem o TRT da 4ª Região, que registraram uma elevação média de apenas 0,72% em seu acervo processual, bem como ficou muito acima do aumento apresentado pelas Unidades de mesmo porte, este no percentual de 0,82% no período. O principal fator a contribuir para esse resultado foi o aumento no número de processos desarquivados para prosseguimento.

No primeiro quadrimestre de 2016, os números apontam novo aumento, de 7,03%.



Varição dos processos pendentes na fase de execução



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Vara de São Jerônimo	73,31%	72,70%	-0,84%	60,00%	-17,47%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	77,35%	-2,23%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	69,26%	-13,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 72,70% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 0,84% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi 6,42 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 7,33 pontos percentuais menor que a média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Vara de São Jerônimo	8,14%	8,55%	5,07%	4,68%	-45,29%
Unidades similares*	15,10%	14,08%	-6,76%	5,78%	-58,95%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	5,62%	-63,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de São Jerônimo em 2015 foi de 8,55% do número total de execuções a encerrar – resultado 5,07% acima do verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 5,52 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 6,83 pontos percentuais abaixo da média geral do TRT da 4ª Região, resultado semelhante ao do ano anterior.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT	282	170	-39,72%	39	-77,06%
(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT	111	128	15,32%	18	-85,94%
(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT	1.732	1.723	-0,52%	1.727	0,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Jerônimo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 01.05.2016. Dessa consulta, resultou **01 (um) processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscrito no BNDT, conforme segue:

1	Processo nº 0002400-35.1995.5.04.0451
	Em 17/11/2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado OTAVIO MACHADO DE SOUZA NETO permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.



Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até abril)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	101	179	27	153	126	56	27	41	37
Antecipações de tutela	64	20	62	226	210	69	132	127	47
Impugnações à sentença de liquidação	3	3	6	0	2	4	11	0	16
Embargos à execução	25	23	37	26	19	42	44	16	69
Embargos à arrematação	1	0	2	1	1	2	0	0	2
Embargos à adjudicação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	5	1	6	0	6	1	2	0	3
Total	200	227	140	406	364	174	216	184	174

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 406 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 103% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, que o número de incidentes processuais julgados apresentou incremento de 60,35% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 227 para 364. Ainda assim, houve aumento de 24,29% no número total de incidentes processuais pendentes de decisão, que passou de 140 para 174 processos, o que se atribui, sobretudo, a um significativo incremento (de 253,12%) no número de antecipações de tutela recebidas no ano de 2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era o mesmo de 31.12.2015, sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como nos exemplos que seguem:



1	Processo nº 0000766-42.2011.5.04.0451
Em 20/1/2015 foi lançado no sistema Infor a oposição de Embargos Declaratórios. No entanto, o processo manteve seu andamento normal, sem que conste a solução específica para o incidente. Assim, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0001106-78.2014.5.04.0451
Formulado pedido de antecipação de tutela junto com a petição inicial, este foi apreciado mediante simples “decisão/despacho”. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0000118-62.2011.5.04.0451
Em 25/2/2015 foram opostos Embargos à Execução/Penhora, decididos mediante simples “decisão/despacho”, em 5/8/2015. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
4	Processo nº 0126200-80.2007.5.04.0451
Em 3/7/2014 foi oposta Exceção de Pré-Executividade, que foi decidida por meio de simples “decisão/despacho”, no dia 4/8/2015. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	161,97	244,09	50,70%	204,95	-16,04%
	Ordinário	479,53	524,68	9,42%	439,52	-16,23%
	Total	453,53	498,33	9,88%	418,61	-16,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

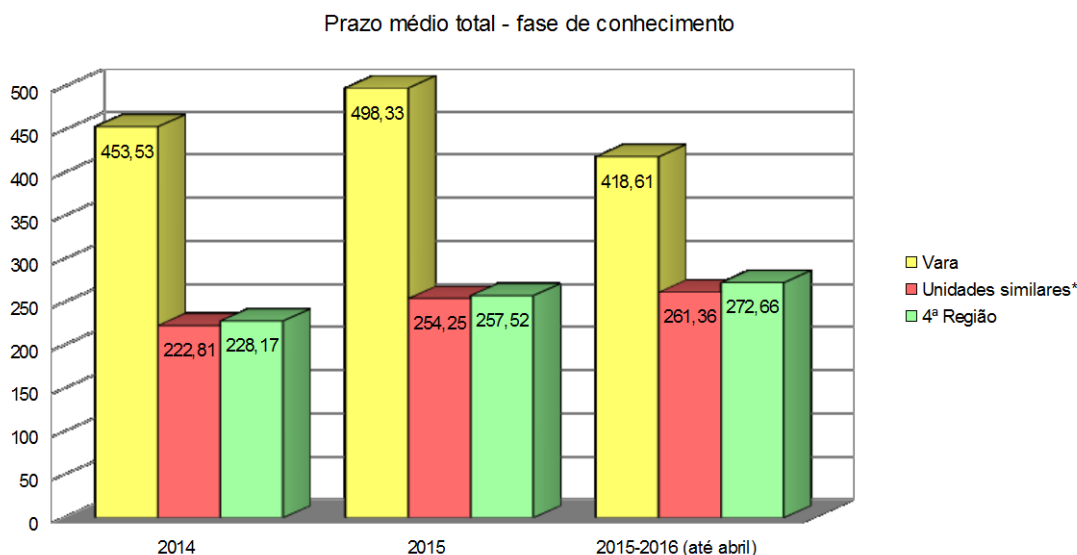
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de São Jerônimo apresentou um



aumento de 9,88%. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 50,70% em relação à média do ano anterior, passando de 161,97 para 244,09 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio 524,68 dias, prazo este 9,42% superior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

Da mesma forma, identifica-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 96% superior (244,08 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 93,51% maior (240,81 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4.

Outrossim, os dados do primeiro quadrimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 418,61 dias, resultado este 16% menor que o do ano anterior. Tal prazo foi 60,16% maior (157,24 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 53,53% maior (145,95 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	138,43	267,86	93,50%	250,29	-6,56%
	Ordinário	208,85	231,38	10,79%	288,15	24,54%
	Total	202,48	235,38	16,25%	284,16	20,72%

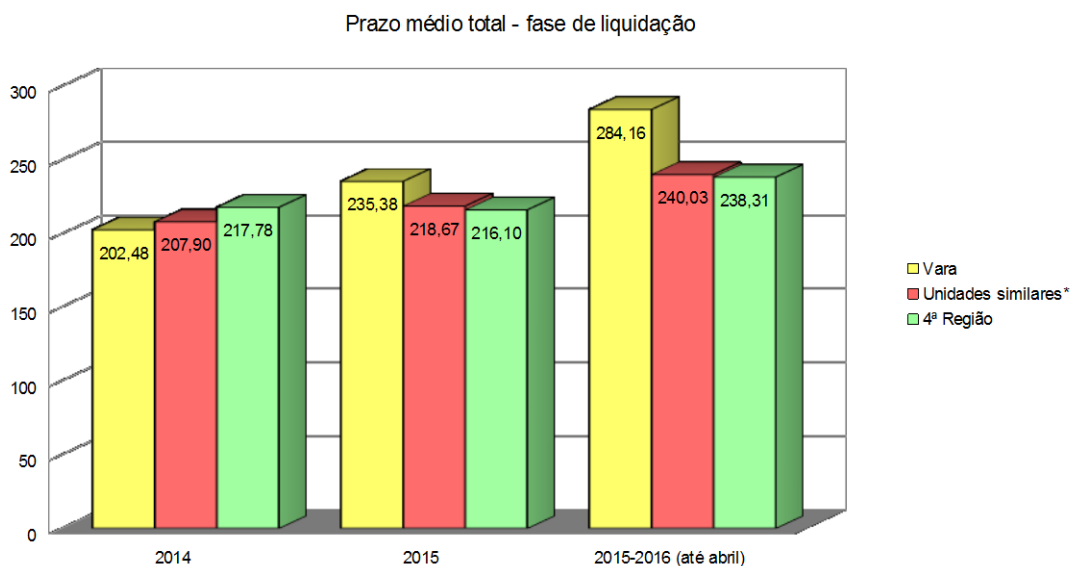
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)



No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 267,86 dias, apresentando um aumento de 93,5% em relação à média de prazo do ano anterior. No rito ordinário, o prazo médio alcançou 231,38 dias, prazo este 10,79% superior em comparação ao verificado em 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos até o final do mês de abril, apontam uma tendência de elevação de 20,72% do prazo médio total entre o início e o encerramento da liquidação, o qual alcançou 284,16 dias.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 7,64% (16,71 dias) maior do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,93% (19,29 dias) maior que a média dos prazos observados nas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Os dados dos quatro primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 18,39% maior (44,14 dias) que o prazo médio nas demais Unidades Similares e 19,24% maior (45,86 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	582,92	588,80	1,01%	1.172,66	99,16%
	Ente público	791,49	1.206,64	52,45%	1.842,56	52,70%



	Total	614,80	649,71	5,68%	1.280,32	97,06%
--	--------------	---------------	---------------	--------------	-----------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 582,92 dias, em 2014, para 588,80 dias, em 2015 (aumento de 1,01%).

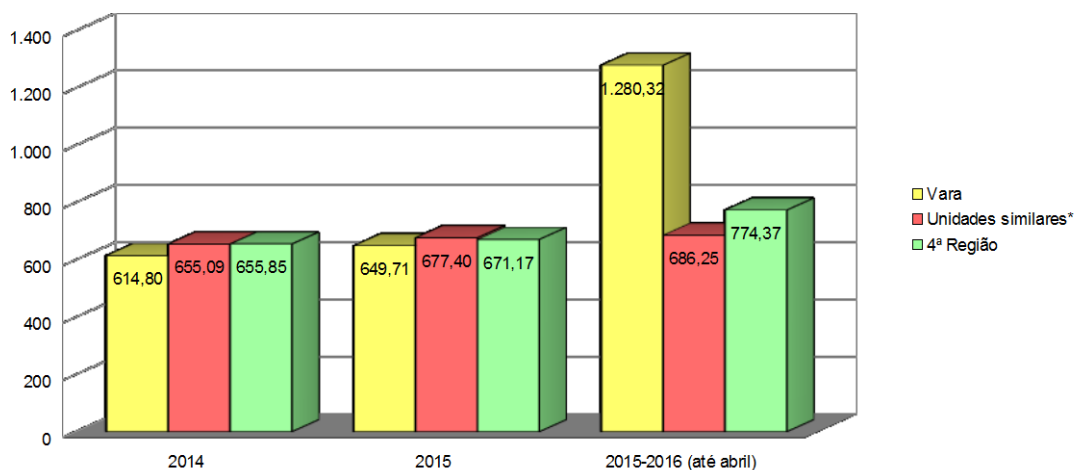
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 791,49 dias, em 2014, para 1.206,64 dias, em 2015, representando uma elevação de 52,45%.

O prazo médio total em 2015, assim, ficou estabelecido em 649,71 dias, o que representa uma elevação de 5,68% na comparação com o ano anterior.

De qualquer sorte, constatou-se que o prazo médio da unidade foi 4,09% menor (27,69 dias) que o das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 3,20% menor (21,45 dias) que a média de toda a 4ª Região, no ano de 2015.

Finalmente, verifica-se que no primeiro quadrimestre de 2016, o prazo médio da Unidade experimentou um aumento de 97,06%, ficando 86,57% acima (594,07 dias) da média das demais Unidades com movimentação processual similar e 65,34% acima (505,95 dias) do prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado



1.120	945	84,38%	Meta não cumprida
-------	-----	--------	-------------------

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.172	1.067	91,04%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
326	668	204,91%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
18	18	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	1	0	Meta não cumprida	
2º Estado do Rio Grande do Sul	17	17	16	Meta não cumprida	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	8	12	Meta cumprida	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	15	7	Meta não cumprida	



5º	União	0	0	0	Meta cumprida
6º	OI S.A.	4	2	3	Meta cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	9	10	8	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	4	5	3	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT’s que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	453,53	498,33	449	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	341	315	328	261	332	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
460	423	91,96%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.



META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e março de 2016	%	Resultado parcial (até março)
1.393	1.005	72,15%	Meta ainda não cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até março)	Meta para 2016	Resultado parcial (até março)
Total de acordos	341	315	328	151	335	Indicativo de cumprimento de meta
Média mensal de acordos	28,42	26,25	27,33	37,75	27,92	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
180	109	60,56%	Meta ainda não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
0	Meta cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ				
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Valor a ser alcançado	Resultado



1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	1	2	0	Meta não cumprida
2º	União	0	0	0	Meta cumprida
3º	Estado do Rio Grande do Sul	17	18	16	Meta não cumprida
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	10	9	9	Meta cumprida
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	15	19	14	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	2	3	1	Meta não cumprida
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	3	2	Meta não cumprida
8º	Claro S.A.	2	2	1	Meta não cumprida
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	12	21	11	Meta não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras, pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6-7 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	6-7 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	-	-
Tarde	-	6-7 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	6-7 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	-	-

(Fonte: Informação da Secretaria de Audiências em 07.06.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*



Não era praxe na unidade a realização de audiência em processos na fase de execução. Contudo, estão passando a fazê-lo por sugestão do Diretor de Secretaria, bem como quando há requerimento das partes.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	09-08-2016	09-08-2016
Una Sumaríssimo	06-12-2016	06-12-2016
Instrução	23-01-2018 08-11-2017*	23-01-2018 08-11-2017**

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 07.06.2016)

*A Juíza em exercício na titularidade designou audiência nessa data para uma ação acidentária

**Há pauta disponível nessa data para ações prioritárias

Segundo informações do Diretor de Secretaria e da Secretária de Audiências, a pauta de prosseguimento estava muito distante. Por esse motivo, desde que a Juíza Cíntia Machado de Oliveira se encontra em exercício na titularidade da Vara vem antecipando as pautas anteriormente designadas para data mais próxima.

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até abril)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	101,4	201,75	98,98%	92,98	-53,91%
	Ordinário	128,4	125,76	-2,06%	122,28	-2,77%
	Total	126,33	132,63	4,99%	119,24	-10,09%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu elevação de 101,4 dias, em 2014, para 201,75 dias, em 2015 (aumento de 98,98%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário diminuiu de 128,4 dias, em 2014, para 125,76 dias, em 2015 (redução de 2,06%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016 apontam redução dos prazos nos primeiros quatro meses de 2016, para 92,98 dias no rito sumaríssimo e 122,28 no ordinário, com redução, respectivamente, de 53,91% e 2,77%.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazo menor que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão. Conforme se pode verificar nas informações



coletadas no item 6.2, essa diferença se deve à readequação da pauta que vem sendo realizada pela Juíza em exercício na titularidade da Vara.

6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	42,47	42,18	-0,70%	35,18	-16,59%
	Ordinário	365,93	313,53	-14,32%	236,34	-24,62%
	Total	344,95	290,98	-15,65%	219,11	-24,70%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 42,47 dias, em 2014, para 42,18 dias, em 2015 (queda de 0,7%). O rito ordinário registrou recuo no prazo médio das audiências de instrução de 365,93 dias, em 2014, para 313,53 dias, em 2015 (redução de 14,32%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis não confirmam os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Edenir Barbosa Domingos	54	50	2	0	106
Felipe Jakobson Lerrer	80	33	22	0	135
Fernando Reichenbach	28	23	5	0	56
Lila Paula Flores França	705	504	80	35	1.324
Luís Henrique Bisso Tatsch	101	77	12	0	190
Marcela Casanova Viana Arena	24	17	4	0	45
Sheila dos Reis Mondin Engel	86	21	7	0	114
Sheila Spode	67	34	6	0	107
Total	1.145	759	138	35	2.077

2016 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Cíntia Machado de Oliveira	234	138	34	2	408
Fernando Reichenbach	67	34	9	0	110



Marcela Casanova Viana Arena	95	70	14	0	179
Marina dos Santos Ribeiro	58	33	3	0	94
Total	454	275	60	2	791

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Edenir Barbosa Domingos	14	35	3	52	6	58
Felipe Jakobson Lerrer	14	30	0	44	6	50
Fernando Reichenbach	10	18	1	29	-	29
Lila Paula Flores França	134	417	3	554	75	629
Luís Henrique Bisso Tatsch	43	11	0	54	15	69
Marcela Casanova Viana Arena	8	0	0	8	3	11
Marcelo Bergmann Hentschke	-	2	1	3	1	4
Sheila dos Reis Mondin Engel	15	22	0	37	3	40
Sheila Spode	23	26	0	49	9	58
Total	261	561	8	830	118	948

Juiz (a)	2016 (até 30.04)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Cíntia Machado de Oliveira	75	11	0	86	49	135
Fernando Reichenbach	22	20	0	42	4	46
Lila Paula Flores França	-	55	1	56	2	58
Luís Henrique Bisso Tatsch	1	43	0	44	1	45
Marcela Casanova Viana Arena	22	41	0	63	18	81
Marina dos Santos Ribeiro	31	2	0	33	8	41
Sheila dos Reis Mondin Engel	-	15	0	15	-	15
Sheila Spode	-	1	0	1	1	2



Total	151	188	1	340	83	423
--------------	------------	------------	----------	------------	-----------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Substituta Cíntia Machado De Oliveira	Processos de Cognição	38
Juíza Substituta Cíntia Machado De Oliveira	Impugnação à Sentença de Liquidação	01
Juiz Substituto Fernando Reichenbach	Processos de cognição	01
Juiz Substituto Fernando Reichenbach	Embargos à execução	01
Juíza Substituta Lila Paula Flores França	Processos de cognição	57
Juíza Substituta Lila Paula Flores França	Embargos Declaratórios	13
Juíza Substituta Lila Paula Flores França	Embargos à execução	01
Juíza Substituta Sheila dos Reis Mondin Engel	Processos de Cognição	01
Total: 113 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 06.06.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 17.04.2016)

*A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta, em anexo, ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia e os demais em, no máximo, uma semana. Uma vez por semana são expedidas notificações e o Diretor de Secretaria as distribui de forma que sejam publicadas em torno de 40-50 notificações por dia para que o protocolo se mantenha, na medida do possível, constante.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são feitas a cada 15 dias, pelo correio. Os processos para ciência de cálculos são remetidos à Procuradoria pelo malote do TRT.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados são expedidos em até 05 dias da determinação. Precatórios e RPV's são expedidos à medida que surgem.



7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos diariamente.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 70-80 ao dia, computadas as de processo físico (30-40) e de PJe (40).

No PJE as petições são apreciadas no mesmo dia do protocolo, ainda que exista um resíduo da gestão anterior, que está em 04 de março.

Nos processos físicos as petições urgentes são juntadas aos autos e a conclusão ao juiz é feita no mesmo dia. No dia da correição estava sendo despachado o protocolo de 02 de junho.

Segundo o Diretor de Secretaria, quando chegou na unidade havia muito protocolo atrasado para despacho, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Então, para gerenciar a situação, estabeleceu como prioridade fazer a análise do protocolo do dia e só depois fazer o protocolo residual.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

O prazo está atrasado: nos processos físicos até o número 564, foi certificado o prazo até 30.04.2016; nos demais, estava sendo certificado o prazo de 26.01.2016.

O prazo mais antigo nos processos eletrônicos é de 08.04.2016.

Quando o Diretor assumiu a unidade solicitou o auxílio do SAT para certificar o prazo. Elogiou o trabalho desenvolvido por tal equipe explicando que, além de certificar o prazo, houve também o cumprimento das determinações daí oriundas, o que tornou a ação mais efetiva. Por outro lado, tal ação rendeu menos quando analisada a quantidade de processos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa dos autos ao TRT é semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito de uma ou duas por mês.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem três execuções reunidas, as quais envolvem poucos processos. A maior delas, cuja reclamada é *Bella Gres Indústria de Cerâmica Ltda*, foi remetida ao JACEP.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem de bloqueio no BacenJud.

A retirada do BNDT é feita no momento do encerramento da execução, quando determinada a liberação dos alvarás e a devolução de documentos.



7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000916-57.2010.5.04.0451	04.03.2016	95 dias
2	0000934-73.2013.5.04.0451	11.04.2016	57 dias
3	0000012-95.2014.5.04.0451	02.05.2016	36 dias
4	0163200-17.2007.5.04.0451	09.05.2016	29 dias
5	0000920-26.2012.5.04.0451	13.05.2016	25 dias
6	0000750-20.2013.5.04.0451	16.05.2016	22 dias
7	0000573-56.2013.5.04.0451	19.05.2016	19 dias
8	0000727-74.2013.5.04.0451	20.05.2016	18 dias
9	0000891-73.2012.5.04.0451	23.05.2016	15 dias
10	0000709-87.2012.5.04.0451	23.05.2016	15 dias
11	0042300-73.2005.5.04.0451	23.05..2016	15 dias
12	0032700-86.2009.5.04.0451	24.05.2016	14 dias
13	0000822-07.2013.5.04.0451	25.05.2016	13 dias
14	0001120-96.2013.5.04.0451	27.05.2016	11 dias
15	0000154-02.2014.5.04.0451	27.05.2016	11 dias
16	0000155-84.2014.5.04.0451	27.05.2016	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.06.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, em diversos dos processos acima identificados, embora em carga com prazo vencido há mais de 10 dias, houve empenho (despachos proferidos e expedição de notificações) por parte da Unidade Judiciária para a cobrança e devolução dos autos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

No levantamento realizado junto ao sistema InFOR da Unidade correccionada, não foram encontradas cargas destinadas a peritos com prazo vencido há mais de 10 dias contados da data da inspeção correccional.

7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
----------	----------	-------	--



1	451-00342/16	0000967-29.2014.5.04.0451	24.05.2016	14 dias
2	451-00351/16	0001100-71.2014.5.04.0451	24.05.2016	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.06.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 06.06.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **660 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000297-25.2013.5.04.0451
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada após os instrumentos de procuração da 1ª reclamada (fls. 27 -31) (Art. 67 da CPCr). Instrumento de procuração do 2º reclamado (fl. 100) juntado após as contestações das reclamadas. (Art. 67 da CPCr) Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento dos prazos sucessivos em 01.02.2016 e 15.02.2016 (fls. 757 - 758) para ciência do reclamante e da 1ª reclamada, sob pena de preclusão, dos cálculos apresentados pelo 2º reclamado. (Art. 95 da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho/decisão e cumprimento: decisão proferida em 13.07.2015 (fl. 736) relativa à formulação de cálculos de liquidação pelas partes, com notificações expedidas em 21.10.2015 (fls. 739 -741). Demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após o vencimento do prazo em 15.02.2016 para ciência da 1ª reclamada acerca dos cálculos apresentados pelo 2º reclamado, não houve movimentação processual por impulso do Juízo.	
2	Processo nº 0000374-97.2014.5.04.0451
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 10.03.2016 (fl. 392) para ciência da reclamada acerca da sentença. (Art. 95 da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após o vencimento do prazo recursal da reclamada em 10.03.2016, não houve impulso processual segundo as determinações preestabelecidas na decisão da fl. 388.	
3	Processo nº 0000171-72.2013.5.04.0451
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 03.02.2016 (fl. 284) para ciência do 2º reclamado acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante. (Art. 95 da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: vencimento do prazo preclusivo em 03.02.2016 para ciência do 2º reclamado acerca dos	



cálculos apresentados pelo reclamante, sem movimentação posterior por impulso do Juízo.

4 **Processo nº 0000795-58.2012.5.04.0451**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 31.03.2016 (fl. 319) para ciência do reclamante acerca da decisão da fl. 319. (Art. 95 da CPCr)

Movimentação Processual: nada a apontar.

5 **Processo nº 0000638-22.2011.5.04.0451**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: decisão não cumprida: decisão proferida em 14.11.2013 (fl. 231), determinando o bloqueio de valores do 1º reclamado mediante o convênio Bacenjud, bem como a utilização do sistema Renajud, sem cumprimento posterior verificado até a petição conjunta de acordo protocolada em 30.07.2014 (fls. 234 - 237).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre petição protocolada e conclusão subsequente: petições protocoladas pelo reclamante em 18.08.2014 e 22.08.2014 (fls. 243 e 264), com conclusão subsequente efetivada em 06.08.2015 (fl. 270).

6 **Processo nº 0000177-45.2014.5.04.0451**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo preclusivo em 01.02.2016 (fl. 277) para ciência da reclamada acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante. (Art. 95 da CPCr)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após o vencimento do prazo preclusivo em 01.02.2016 para ciência da reclamada acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante (fl.277), não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

7 **Processo nº 0000224-19.2014.5.04.0451**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 109v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.116 e verso) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCr).

Ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de carta precatória: carta precatória citatória (fl. 257) expedida em 08.12.2015. Após a informação de distribuição por malote digital em 15.01.2016 (fl. 260), não houve formulação de consulta à Vara deprecada, conforme dispõe o artigo 86, parágrafo único, da CPCr.

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 16.01.2015 (fl. 204), determinando a notificação das partes após o retorno dos autos do TRT, com cumprimento respectivo em 04.03.2015 (fls. 205 - 206).

8 **Processo nº 0000589-10.2013.5.04.0451**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Ausência de juntada de certidão de notificação gerada pelo sistema informatizado: ausência nos autos da certidão de notificação direcionada à Companhia Rio-grandense de Mineração expedida em 12.06.2014 (Art. 79, parágrafo único, da CPCr).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: **1)** petição de cálculos do perito protocolada em 05.12.2014 (fls. 102 – 114), com expedição de notificações às partes em 17.03.2015 (fls. 115 -116). **2)** Após a devolução de carta precatória executória em 27.10.2015, com juntada aos autos em 10.11.2015 (fl. 129v), foi realizada conclusão em 19.01.2016 (fl. 136).

Demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após expedição de edital de citação em 28.01.2016 (fl. 138), com prazo de 30 dias, não houve impulso processual por iniciativa do



Juízo.

9 **Processo n° 0000454-61.2014.5.04.0451**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo comum em 14.03.2016 para as partes manifestarem interesse em apresentar cálculos de liquidação. (Art. 95 da CPC)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo comum recursal em 28.10.2015, com certidão correspondente exarada em 26.02.2016 (fl. 118).

10 **Processo nº 0000258-91.2014.5.04.0451**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após a devolução do mandado de citação, penhora e avaliação (fls. 63 - 65) em 22.03.2016, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Prática	Exemplos
Demora no impulso processual	0000662-16.2012.5.04.0451
	0000658-42.2013.5.04.0451
	0140600-85.1996.5.04.0451
	0000580-48.2013.5.04.0451
	0000811-41.2014.5.04.0451
	0000710-38.2013.5.04.0451
	0000694-55.2011.5.04.0451
Registros Desatualizados	0087700-71.2009.5.04.0451
Processo aguardando informação de Carta Precatória com prazo superior a 45 dias	0000761-83.2012.5.04.0541
	0000876-41.2011.5.04.0451

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS



Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, e conforme informado pelo Diretor de Secretaria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Após a citação da reclamada para pagamento, há a liberação apenas do valor incontroverso, se existente.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Constatou-se que, atualmente, a Vara faz consulta ao sistema BacenJud cauterlarmente e, após, cita o sócio.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 14.11.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 06.06.2016, véspera da inspeção. A posição era a seguinte:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	73	20119-63.2014.5.04.0451	18.12.2014
Processos com pedido liminar ou antecipação de tutela não apreciado	16	20317-32.2016.5.04.0541	23.03.2016
Processos com petições avulsas	114	20650-18.2015.5.04.0451	03.02.2016
Com petições não apreciadas	316	20969-83.2015.5.04.0451	04.03.2016
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	117	-	-

Tarefa	Fase	Quantidade de Proce	Mais antigo	Data
---------------	-------------	----------------------------	--------------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		SSOS		
Aguardando Audiência	Conhecimento	389	21000-06.2015.5.04.0451 (audiência em 02.05.2017)	03.03.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	262	20340-12.2015.5.04.0451	24.04.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	18	20012-19.2014.5.04.0451	01.06.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	4	20689-78.2016.5.04.0451	19.05.2016
Análise de liquidação	Liquidação	1	20619-95.2015.5.04.0451	01.06.2016
Aguardando o cumprimento de providências	Liquidação	2	20028-70.2014.5.04.0451	28.05.2016
Aguardando término de prazo	Execução	51	20089-91.2015.5.04.0451	12.05.2016
Iniciar execução	Execução	1	20959-39.2015.5.04.0451	03.06.2016
Prazos vencidos	Execução	2	20161-78.2015.5.04.0451	

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos, no dia 06.06.2016:

1

Processo nº 0020497-82.2015.5.04.0451

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre prática do ato e movimentação subsequente: apresentação de contrarrazões pelo reclamante em 05.04.2016 (ID 5ccb976), sem movimentação posterior quanto à remessa do processo ao Tribunal, conforme decisão proferida em 03.12.2015 (ID 44ce83d).

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos” desde 08.04.2016.



2 **Processo nº 0020718-65.2015.5.04.0451**

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual – petição não apreciada: após a petição apresentada pelo reclamante em 30.03.2016, com pedido de realização de prova pericial (ID a882105), não houve conclusão ao Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Prazos vencidos*” desde 05.04.2016.

3 **Processo nº 0020103-12.2014.5.04.0451**

Fase: Execução

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 13.04.2016 (ID 624e577), determinando a expedição de alvará, com cumprimento verificado em 27.05.2016 (ID 9f704a0).

Processo na pasta de tarefa “*Analisar Despacho - Exec - CINTHIA MACHADO DE OLIVEIRA*” desde 06.06.2016.

4 **Processo nº 0020959-39.2015.5.04.0451**

Fase: Execução

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e decisão subsequente: vencimento do prazo preclusivo para manifestação das reclamadas acerca dos cálculos de liquidação em 28.03.2016, com decisão subsequente proferida em 29.05.2016 (ID 0178a12).

Processo na pasta de tarefa “*Iniciar Execução*” desde 03.06.2016.

5 **Processo nº 0020028-70.2014.5.04.0451**

Fase: Liquidação

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e decisão subsequente: vencimento do prazo comum para manifestação acerca do interesse em apresentar cálculos em 04.04.2016 (ID 362111f), com despacho subsequente proferido em 24.05.2016 (ID 99640d4).

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2016 - Mês 06 - Prazo 21-30*” desde 28.05.2016.

6 **Processo nº 0020060-41.2015.5.04.0451**

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual - após o vencimento do prazo para contrarrazões da reclamada em 07.04.2016, não há movimentação processual posterior quanto à remessa do processo ao Tribunal, conforme despacho de ID de72cf9.

Processo na pasta de tarefa “*Prazos vencidos*” desde 08.04.2016.

Segundo o Diretor de Secretaria, Carlos Alberto Busatto, apenas um servidor não está trabalhando no processo eletrônico. O trabalho é dividido por tarefa. Ressaltou o Diretor que na gestão anterior apenas um servidor trabalhava no PJe; então, a maior parte dos servidores atua há pouco nos processos eletrônicos, motivo pelo qual ainda estão aprendendo a trabalhar no



sistema e não têm o mesmo rendimento que apresentam nos processos físicos. Para ilustrar o atraso da secretaria disse que, quando assumiu, em novembro de 2015, havia processos de 2014 ainda fora de pauta.

As pautas não são disponibilizadas no PJe e todos os processos são incluídos em pauta, à exceção das consignatórias. É feita pela secretaria uma triagem inicial em que separados os pedidos indenizatórios e determinada a adequação de rito, quando necessário. A Juíza Cíntia Machado de Oliveira determina a adequação do rito no prazo do novo CPC, de 15 dias.

Há um acúmulo de processos para inclusão em pauta a pedido dos próprios advogados, para que sejam reunidos os processos contra uma mesma reclamada em sequência, no mesmo dia, evitando, assim, que os procuradores tenham que ficar por longos períodos de tempo aguardando suas audiências.

Como a secretaria foi assumida pelo novo Diretor com muitos problemas, a organização das pastas no PJe foi alterada temporariamente para facilitar o controle, até que os prazos e as atividades estejam todos em dia. Os processos da pauta foram organizados por mês apenas para facilitar a conferência e evitar a “perda” da pauta.

O Diretor chamou a atenção para a pasta de mandados devolvidos por OJ, por ele considerada muito importante, a qual apresenta 118 processos (condição que acredita ser muito ruim), destacando, contudo, que incluía mais de 600 processos quando assumiu a direção, em 11.11.2015. Destacou, ainda, que ele e o Juiz Titular ficaram surpresos com a precária situação da Vara porque a condição real em nada correspondia àquela descrita nas atas correccionais anteriores.

Esclareceu o Diretor que não pensa em realizar mutirões porque eles apenas “mudam” os processos de lugar. Afirmou que acredita na capacitação dos servidores e no aumento paulatino da produtividade de cada um, melhorando, como consequência, a situação geral da Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **contou com a atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado, de 06 a 10 de julho de 2015; de 13 a 17 de julho de 2015; de 02 a 06 de maio de 2016 e de 09 a 13 de maio de 2016.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **03 expedientes** relativos à Vara do Trabalho de São Jerônimo durante o período correccionado: 02 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	4270/2015	000004-21.2014.5.04.0451



2015	4184/2015	0000202-63.2011.5.04.0451
2016	1946/2016	0000641-69.2014.5.04.0451

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Vara está com a lotação completa mas inadequada frente à Resolução nº 63/CSJT. O agente de segurança lotado na unidade atua na secretaria. A movimentação ocorrida no ano de 2015 foi atípica. Desde que o atual Diretor assumiu a função (11.11. 2015), apenas um servidor saiu da unidade. Há baixa rotatividade de servidores porque a maior parte deles reside na cidade ou em Arroio dos Ratos; um dos servidores reside em Viamão e gostaria de permutar.

O Diretor destacou a ajuda fundamental da estagiária que atuava na unidade quando assumiu, a qual era por ele considerada e referida como “servidora atípica”. A unidade apresenta, portanto, vaga para estagiário.

Quanto à movimentação processual, desde o ano de 2013 tem havido aumento nos processos pendentes na fase de conhecimento e liquidação, o que vem se confirmando no primeiro quadrimestre desse ano. Ainda, o prazo médio de tramitação na fase de conhecimento, além de aumentar a cada ano, é muito superior à média deste TRT – quase o dobro.

No que tange aos processos pendentes da fase de execução, a unidade vem apresentando aumento desde o ano de 2013: 936 processos em 2013, 1021 em 2014 e 1195 em 2015.

Chama a atenção o baixo índice de processos solucionados por acordo na unidade no ano de 2015: 27,62%.

Sobre a situação da Unidade em 11.11.2015, quando assumiu a direção da Vara, o Diretor de Secretaria destacou que a condição geral em nada correspondia àquela descrita nos relatórios das correições anteriores. Disse acreditar na racionalização do trabalho para evitar a perda de tempo e na capacitação dos servidores que, com mais experiência no PJe, melhorarão a sua produtividade. Frisou que a precariedade da situação era tanta que ele e o Juiz Titular estabeleceram um prazo de 1 ano para colocar todo o trabalho em ordem. Está tendo que fazer opções periódicas por intensificar determinadas tarefas ao invés de outras, o que provoca represamento de trabalho, o que entende ser necessário dentro de um planejamento global. Afirmou ter conhecimento de que há processos do ano de 2012 na pauta de instrução mas disse ainda não ter tido tempo de estabelecer qualquer prioridade em relação especificamente a eles, em razão do atraso global existente na secretaria. Chamou a atenção, contudo, para o ótimo trabalho que está sendo realizado pela Juíza Cíntia Machado de Oliveira na unidade, a qual remanejou a pauta de forma a incluir, ainda na pauta deste ano, os processos anteriores a 2014. Também mencionou que a Juíza Cinthia organiza a pauta por reclamada e por advogado, procurando encaixar no mesmo dia e em sequência os processos contra a mesma empresa ou promovidos por um mesmo advogado. Ainda, o tempo reservado para cada audiência é maior -10 minutos para iniciais e 30 minutos para sumaríssimos e instruções – a fim de viabilizar acordo entre as



partes. Essa readequação da pauta já surtiu efeito, conforme se vê nos dados do quadro fornecidos pelo Diretor, retirados do E-gestão:

Mês	Processos Conciliados	
	Ano 2015	Ano 2016
Fevereiro	18	43
Março	15	45
Abril	22	57
Maiο	26	70
Total	81	215

O Diretor de Secretaria também mencionou que houve adesão dos servidores à greve em 2015 e que apenas 30% do pessoal permaneceu trabalhando no período. Quando do retorno da greve o trabalho se encontrava desorganizado. Apenas um servidor trabalhava no PJe e no final do ano de 2015 ainda haviam processos de 2014 para serem analisados e incluídos em pauta. Relatou, também, que não era feita a cobrança das cargas de processos aos advogados e peritos. Desde que chegou na Vara, faz a cobrança periódica – a cada 20/30 dias - e se os processos não forem devolvidos são aplicadas penalidades pelo juízo. Parabenizou o desempenho do Serviço de Apoio Temporário (SAT), o qual trabalhou em um volume menor de processos mas que, nos processos nos quais atuou, o fez de forma efetiva, realizando todas as diligências necessárias.

Na inspeção se pode verificar que as instalações da unidade são precárias e o espaço físico é inadequado, pois ainda há um grande volume de processos físicos tramitando – em torno de 2.350 processos, o que exige espaço. Há goteiras na secretaria; foi colocada manta asfáltica no telhado, o que não resolveu o problema. Segundo o Diretor, há projeto para trocar todo o telhado. O piso de parquet está soltando do chão. Há problema nos cabos lógicos do piso. As paredes estão com a tinta “descascando”. O ambiente de trabalho é insalubre.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho da juíza em exercício e de todos os servidores para a recuperação do trabalho. Destaca-se o tratamento cordial dispensado pelos servidores e o bom ambiente de trabalho, ainda que o espaço físico seja inadequado.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.



ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade se empenhe em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não atendida a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a) referente ao ano de 2015, que estabeleceu, como objetivo, a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta prevista para o ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido observado o cumprimento da meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação à totalidade dos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.



ITEM 9 – PJE

Recomenda-se que a Secretaria:

- a) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões;
- b) atente para a necessidade da realização da conclusão processual, com a maior brevidade possível, em especial no que se refere aos processos em fase de elaboração de cálculos de liquidação de sentença;
- c) observe a necessidade de remessa dos autos Tribunal, em curto espaço de tempo, após a verificação do vencimento do prazo para contrarrazões das partes;
- d) atente para a necessidade de examinar diariamente os agrupadores para evitar situações de congestionamento como a do agrupador “**Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça**”.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, a situação descrita no item 3.5.3.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº 0126200-80.2007.5.04.0451
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e extinção dos embargos de declaração apresentados no processo nº 0000766-42.2011.5.04.0451;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e solução dos Embargos à Execução/Penhora no processo n. nº 0000118-62.2011.5.04.0451;



- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e solução da antecipação de tutela no processo n. 0001106-78.2014.5.04.0451.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **249** processos dentre aqueles distribuídos até **31.12.2014** ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

ITENS 7.11.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 7.11.3 (Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITENS 8.1 e 8.2 (Análise dos Processos Físicos e irregularidades nos andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) atente para o que dispõe o artigo 79, parágrafo único, da CPCR, quanto à juntada de certidão de notificação gerada pelo sistema informatizado;
- c) observe o que determina o artigo 95 da CPCR quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;



- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 30 dias para que se evitem situações similares àquela verificada nos seguintes processos:

0000297-25.2013.5.04.0451,
0000171-72.2013.5.04.0451,
0000638-22.2011.5.04.0451,
0000177-45.2014.5.04.0451,
0000589-10.2013.5.04.0451;
0000454-61.2014.5.04.0451;
0000662-16.2012.5.04.0451;
0000658-42.2013.5.04.0451;
0140600-85.1996.5.04.0451;
0000580-48.2013.5.04.0451
0000811-41.2014.5.04.0451;
0000710-38.2013.5.04.0451;
0000694-55.2011.5.04.0451.

- f) atualize o registro no processo 0087700-71.2009.5.04.0451.

15.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Lila Paula Flores França, Cíntia Machado de Oliveira, Fernando Reichenbach e Sheila dos Reis Mondin Engel profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados ao final da presente ata, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O prazo para cumprimento dessa determinação deverá ser informado a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, tendo em vista que a consulta ao Projeto BI TRT4 foi feita em data anterior à publicação deste relatório.

16 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à SEMPRO providências para o problema das goteiras no teto da unidade, infiltração nas paredes, a fixação do piso de parquet ou sua



substituição por outro material, o conserto dos cabos lógicos no piso e a verificação da pintura das paredes.

Solicita-se o agendamento da equipe do Serviço de Apoio Temporário (SAT) por um período de duas semanas.

17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Cíntia Machado de Oliveira, com o Diretor de Secretaria Carlos Alberto Busatto e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Jerônimo, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram os advogados Juarez Rodrigues da Silva, OAB 25.722 e Dr. Paulo Roberto S. Pimentel, OAB 42254. A queixa de ambos refere-se a andamentos processuais e a procedimentos na direção do processo dados pela juíza substituta. Contudo, não são relevantes as queixas quanto a procedimentos, pois, por exemplo, a queixa sobre “pressão” para realização de acordos não se mostra razoável porque a unidade tem baixo índice de conciliação e propor acordos é missão primordial dos juízes do trabalho. Da mesma forma o fato de a Juíza conversar em separado com cada uma das partes e respectivo advogado para tentativa de conciliação, questão histórica e prática habitual na Justiça do Trabalho desde sempre e mesmo após a extinção da representação classista.

O prazo para realização da audiência de prosseguimento, já no início de 2018, também objeto de queixa, deve-se ao crescimento da demanda e também à indisposição das partes para conciliarem as ações.

Reclamações sobre processos em que os respectivos advogados atuam não cabe aprofundar porque são questões jurisdicionais, e possíveis equívocos do juízo podem ser atacados com recurso próprio.

18 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Lila Paula Flores França e Cíntia Machado de Oliveira, Fernando Reichenbach e Sheila dos Reis Mondin Engel deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Cíntia Machado de Oliveira, pelo Diretor de Secretaria Carlos Alberto Busatto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Cíntia Machado De Oliveira – Processos de Cognição (38 processos)

0000771-59.2014.5.04.0451
0001020-10.2014.5.04.0451
0001042-68.2014.5.04.0451
0000485-81.2014.5.04.0451
0001055-67.2014.5.04.0451
0000496-13.2014.5.04.0451
0000727-40.2014.5.04.0451
0000775-96.2014.5.04.0451
0000779-36.2014.5.04.0451
0000946-53.2014.5.04.0451
0000955-15.2014.5.04.0451
0000973-36.2014.5.04.0451
0001008-93.2014.5.04.0451
0001025-32.2014.5.04.0451
0001027-02.2014.5.04.0451
0001054-82.2014.5.04.0451
0001118-92.2014.5.04.0451
0000003-02.2015.5.04.0451
0000935-24.2014.5.04.0451
0001030-54.2014.5.04.0451
0001053-97.2014.5.04.0451
0001065-14.2014.5.04.0451
0000414-16.2013.5.04.0451
0000419-38.2013.5.04.0451
0000753-38.2014.5.04.0451
0001048-75.2014.5.04.0451
0000537-14.2013.5.04.0451
0000970-81.2014.5.04.0451
0001007-11.2014.5.04.0451
0020102-27.2014.5.04.0451
0020706-51.2015.5.04.0451
0021254-76.2015.5.04.0451
0020069-03.2015.5.04.0451
0020100-86.2016.5.04.0451
0020559-25.2015.5.04.0451
0020206-82.2015.5.04.0451
0021068-53.2015.5.04.0451
0020217-77.2016.5.04.0451

Cíntia Machado de Oliveira - - Impugnação à Sentença de Liquidação (01 processo)

0022300-52.2005.5.04.0451

Fernando Reichenbach – Instrução Processual (01 processo)

0000844-31.2014.5.04.0451

Lila Paula Flores França – Processos de Cognição (57 processos)

0000074-38.2014.5.04.0451
0000480-59.2014.5.04.0451
0000113-35.2014.5.04.0451
0000108-13.2014.5.04.0451
0000114-20.2014.5.04.0451



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000007-73.2014.5.04.0451
0000159-24.2014.5.04.0451
0000712-08.2013.5.04.0451
0001099-23.2013.5.04.0451
0000189-59.2014.5.04.0451
0000339-40.2014.5.04.0451
0000356-76.2014.5.04.0451
0000252-84.2014.5.04.0451
0000310-87.2014.5.04.0451
0000264-98.2014.5.04.0451
0000265-83.2014.5.04.0451
0000281-37.2014.5.04.0451
0000132-41.2014.5.04.0451
0000984-36.2012.5.04.0451
0000483-14.2014.5.04.0451
0000322-04.2014.5.04.0451
0000341-10.2014.5.04.0451
0000350-69.2014.5.04.0451
0000375-82.2014.5.04.0451
0000370-60.2014.5.04.0451
0000466-75.2014.5.04.0451
0000470-15.2014.5.04.0451
0000933-88.2013.5.04.0451
0000092-59.2014.5.04.0451
0000503-05.2014.5.04.0451
0000504-87.2014.5.04.0451
0000596-65.2014.5.04.0451
0000499-65.2014.5.04.0451
0000518-71.2014.5.04.0451
0000456-31.2014.5.04.0451
0000541-17.2014.5.04.0451
0000631-25.2014.5.04.0451
0000484-96.2014.5.04.0451
0000509-12.2014.5.04.0451
0000629-55.2014.5.04.0451
0000555-98.2014.5.04.0451
0000493-58.2014.5.04.0451
0000552-80.2013.5.04.0451
0000554-16.2014.5.04.0451
0000557-68.2014.5.04.0451
0000195-66.2014.5.04.0451
0000454-95.2013.5.04.0451
0000590-58.2014.5.04.0451
0000640-84.2014.5.04.0451
0000641-69.2014.5.04.0451
0000613-38.2013.5.04.0451
0000614-23.2013.5.04.0451
0001099-86.2014.5.04.0451
0000827-92.2014.5.04.0451
0000600-05.2014.5.04.0451
0000700-91.2013.5.04.0451

Sheila dos Reis Mondin Engel – Processos de Cognição (01 processo)
0000754-57.2013.5.04.0451